

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Noções de história” e memória: professor Ernesto Cruz, entre a escola e a academia (1930-1960).

Leonardo Castro Novo¹

Introdução.

O presente trabalho intitulado *“Noções de história”: professor Ernesto Cruz, entre a escola e a academia*, tem por objetivo compreender a atuação do professor Ernesto Cruz enquanto intelectual na educação e na conformação da memória histórica paraense no século XX. Meu argumento é que, a partir do século passado, a memória histórica paraense oficial foi conformada enquanto um projeto de Estado e, sobretudo, a partir da ação de intelectuais que atuaram no âmbito educacional, desta forma, teve como um dos principais *locus* a instrução escolar com a instituição do ensino escolar de história do Pará e da escrita de obras didáticas, dentre elas a obra *“Noções de história”* de Ernesto Cruz. As fontes de pesquisa compreendem documentos governamentais (relatórios, leis, falas), propostas curriculares, legislação educacional, documentações escolares, e, sobretudo, livros publicados na região. O recorte temporal as décadas de 1930 a 1960, período que respeita a presença das fontes e da produção intelectual de Ernesto Cruz.

Ensino escolar de história no Pará.

No Brasil, o ensino escolar de História foi implementado ao longo do século XIX, após a Independência do Brasil, isto é, com a constituição da nação brasileira. No Oitocentos, temos umas das primeiras referências ao ensino de História na educação no país, presente na Lei de 15 de Outubro de 1827 (BRASIL, 1827) que determinava o que caberia aos professores ensinar na instrução primária, com ênfase, nas aulas de leitura, *“para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil”*. Porém, ainda no século XIX, a criação da disciplina escolar de História de forma autônoma, no Brasil, está relacionada à fundação do Imperial Colégio Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, capital do Império (BITTENCOURT, 2009, pp. 76-77). O Colégio Pedro II foi criado pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837 (BRASIL, 1837 pp. 59-61), tornando-o o primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPGHIST/UFGA) e professor da rede pública no Estado do Pará (SEDUC/PA).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

No país, é, neste contexto, que se estabeleceu o ensino de História do Brasil ou História Pátria. No século XIX, o nacionalismo e a discussão sobre a formação da nação ocupavam papel importante na discussão política. Segundo o historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, no plano político-cultural, a mais importante discussão do Brasil desde a primeira metade do século XIX era o debate sobre a Nação, a qual se tornou um projeto fundamental dos políticos e dos intelectuais do período (GUIMARÃES, 2011. pp. 26-50). Nota-se que é um ano após a fundação do Pedro II que também é fundado no país o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que seria o *locus* principal na produção da história da nação brasileira (GUIMARÃES, 2011. pp. pp. 59-69). No Brasil, é neste contexto de estabelecimento da escrita da história da nação brasileira pelos intelectuais ligados ao IHGB que o ensino escolar de história, sobretudo de História do Brasil ou História Pátria, também é estabelecido, fazendo parte da conformação da história nacional. Para dar conta do ensino escolar, a partir do século XIX, houve o início de uma forte cultura de produção e publicação de livros didáticos de História do Brasil, sobretudo, muitos dos quais elaborados por professores, tais como as “*Lições da História do Brasil adaptadas a leitura das escolas*” (1857), de Antônio Alvares Pereira Coruja, o “*Lições de História do Brasil*” (1863), de Joaquim de Macedo, e “*Lições de História Pátria*” (1876), de Américo Brasiliense.

No Estado do Pará, as pesquisas e análises preliminares apontam que o ensino escolar de História também iniciou no século XIX, já presente no Império e durante o início da República². Uma das primeiras notícias que temos acerca da indicação de ensino de história no Pará está presente no discurso do presidente da província João Antônio de Miranda, em 1840. Para tanto, em relação às escolas de primeiras letras na Província, Miranda ordenou que, em relação à leitura de História, de acordo ao que era determinado pela Lei de 15 de Outubro de 1827 para o ensino de primeiras letras, fosse usado o “*Ensaio Corográfico*” de Antônio Baena, que tinha sido publicado em 1839, para oferecer “*ideas luminosas sobre as circunstancias da Provincia*” (PARÁ, 1840, p. 23).

² Parte desta pesquisa preliminar foi apresentada no 30º Simpósio Nacional de História: História e o Futuro da Educação no Brasil, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, no período 15 a 19 de julho de 2019, na Universidade Federal de Pernambuco, com o título “*Ensino escolar de História do Pará no Oitocentos: história regional ensinada e discurso narrativo*”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Na década de 1840, é com a criação do “Licêo Paraense” (atual Escola Estadual de Ensino Médio Paes de Carvalho), através da Lei Provincial nº 97, de 28 de junho de 1841 (PARÁ, 1842, p. 12), que o ensino de história, na instrução secundária, se estabelece no Pará. No *Licêo Paraense*, o ensino de História ingressaria nos cursos de Humanidades e de Comércio da instituição (artigo 8º, da Lei nº 97), a partir da 5ª cadeira, que seria responsável pelo ensino de “*História Universal, Geografia Antiga e Moderna, e História do Brasil*” (artigo 9º). No final da década de 1850, ocorreria na instrução secundária a separação da cadeira de História e Geografia, através da Lei Provincial n.º 348, de 6 de Dezembro de 1859, com a cadeira autônoma de “*História Universal e particularmente da História do Brasil*” (PARÁ, 1860, p. 11).

No Brasil, foi na década de 1870 que programas curriculares passam a incluir tópicos de história regional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, 1998, p. 20). Segundo Marlene Cainelli, o estudo escolar de história local ou regional inicia no período imperial com o objetivo de criar um sentimento de pertencimento e de identidade (CAINELLI, 2012, p. 174). Para Flávia Caimi, o ensino de história local ou regional foi fundamental para a resistência aos processos de padronização histórico-culturais, contribuindo para o conhecimento de múltiplas experiências históricas e para a formação de identidades sociais plurais em um país como o Brasil (CAIMI, 2010, pp. 60-65).

No Estado do Pará, foi com o advento da República que podemos identificar inicialmente uma organização sistemática do ensino escolar de História do Pará para a instrução escolar paraense. Após a Proclamação da República, a administração do Estado do Pará ficou inicialmente sob a responsabilidade do Governo Provisório que teve à frente o advogado e político Justo Pereira Leite Chermont (de 17 de dezembro de 1889 a 7 de fevereiro de 1891). Neste período, teremos a publicação de programas de ensino voltados para a educação paraense. Em julho de 1890, a Direção Geral da Instrução Pública do Pará publicou para o ensino primário o “*Regulamento Escolar*” (PARÁ, 1890), com os “*Programmas*” dos estudos que deveriam ser ministrados e as instruções pedagógicas para as escolas do Estado. À época, o ensino primário era ofertado em três níveis: em um curso Elementar, que seria uma primeira iniciação preparatória; Médio, para solidificar os conhecimentos, que já contaria com os estudos de “*História pátria*” (PARÁ, 1890, pp.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

21-22); e o Superior, com os estudos de História Universal, História do Brasil e do Pará (PARÁ, 1890, p. 24).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, programas de ensino voltados para a instrução pública paraense seriam publicados com a indicação no currículo do que deveria ser ensinado nas disciplinas presentes no sistema educacional do Pará, incluindo-se currículos de História que estabeleciam os conteúdos históricos selecionados (acontecimentos e personagens). Em 1903, foi publicado o “*Programa de Ensino*” (PARÁ, 1903, pp. 21-22) da Escola Normal do Pará, que traria as referências dos conteúdos a serem ministrados no curso para a formação dos professores que atuariam no ensino primário, incluindo-se os conteúdos de História do Pará. No mesmo ano, foi publicado o Regulamento Geral do Ensino Primário, através do Decreto n.º 1190, de 17 de fevereiro de 1903, e Decreto n.º 1191, de 19 de fevereiro de 1903 (PARÁ, 1903, pp. 14-36), que estabelecia os conteúdos de História do Brasil e do Pará a serem lecionados. Na década de 1920 também houve a publicação de programas curriculares para os exames dos estudos das escolas primárias no Pará, que indicavam os conteúdos do ensino de História do Brasil, com conteúdos de História do Pará (PARÁ, 1920, pp. 7-8).

Ilustres letrados e a conformação da memória histórica paraense.

A partir do início e ao longo do século XX, além dos programas curriculares de ensino, teremos uma tradição de publicação de livros didáticos voltados para o ensino escolar, sobretudo para a abordagem da História do Pará, escritos por diversos autores, sobretudo, para a instrução primária, já que era nesta etapa do ensino que a história regional era sugerida. É importante salientar que parto de uma abordagem que concebe o livro como “signo cultural” e objeto ou documento histórico, enquanto elemento portador do arcabouço intelectual ou daquilo que escreve e lê uma sociedade (CHARTIER; ROCHE, 1976, p. 99). Em relação específica aos livros didáticos, Flavia Caimi os concebe como registros históricos que revelam as concepções pedagógicas, os códigos curriculares e os sistemas de valores em cada época (CAIMI, 2016, p. 247).

No Pará, no período de análise desta pesquisa, nas primeiras décadas do século XX (1900-1930), destacam-se, em quanto autores de obras didáticas intelectuais como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Arthur Vianna, Theodoro Braga, Silvio Nascimento, Jorge Hurley e o professor Ernesto Cruz. Compreendo que estes intelectuais tiveram papel decisivo na conformação da memória histórica paraense a partir de suas ações através da educação, sobretudo na elaboração de suas obras didáticas voltadas para as escolas.

Penso a memória histórica a partir da perspectiva de Jacques Le Goff que a compreende enquanto um elemento de evocação e legitimação do passado e como um objeto e instrumento de governo, daí a criação de arquivos documentais, o erigir de monumentos, o estabelecimento de datas comemorativas e a abertura de museus a fim de se preservar o passado considerado importante e se garantir o fortalecimento dos laços de identidade de um povo (LE GOFF, 2003, pp. 458-470). Segundo o historiador Mauro Cezar Coelho, o saber histórico escolar guarda tradicionalmente um compromisso com o processo de formação dos educandos no país e cumpriu um papel decisivo na conformação da memória histórica, principalmente na narrativa sobre a formação nacional (COELHO, 2017, p. 193). Para Marlene Cainelli, a seleção de conteúdos e o que se ensina na disciplina de História caracteriza-se por disputas em torno da memória e da constituição da nação e de seus sujeitos (CAINELLI, 2012, p. 165). Para Marco Antônio Silva, o ensino escolar de história no país, sobretudo através do livro didático, foi o grande responsável pelo conhecimento histórico do homem comum (SILVA, 2012, p. 806).

Neste sentido, argumento que, ao longo do século XX, a memória histórica paraense oficial foi conformada enquanto um projeto de Estado e, sobretudo, a partir da ação de intelectuais que atuaram no âmbito educacional paraense, dentre eles o professor Ernesto Cruz. Neste sentido, o conceito de “*intelectuais orgânicos*” de Antonio Gramsci me ajuda a refletir sobre este contexto. Para Gramsci, toda sociedade tende a criar historicamente grupos de “intelectuais” que, ligados aos grupos sociais, sobretudo os “*mais importantes*”, atuam para dar consciência de si à sociedade à qual fazem parte, monopolizam as ideias hegemônicas através de suas atuações em diversos âmbitos desta mesma sociedade, sendo os “*intelectuais orgânicos*” (GRAMSCI, 2001, pp. 15-19). As reflexões de Gramsci me ajudam a pensar que a ação de intelectuais no ensino escolar teve papel decisivo na conformação da memória histórica paraense, uma visão do que seria a formação histórica do Pará através da elaboração de suas obras.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

No Pará, há na Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará, obras didáticas publicadas desde o início do século XX. Algumas obras destes intelectuais paraenses também foram adquiridas, fazendo parte de meu acervo pessoal.

Um dos primeiros autores de manuais didáticos de História foi Arthur Octávio Nobre Vianna (1873-1911). Nascido em Belém e formado pela antiga Escola de Farmácia do Pará, foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e diretor do Arquivo Público do Estado. Arthur Vianna teria, no fim do Oitocentos e início do século XX, um período de grande produção intelectual no que diz respeito a escrita sobre a história paraense. A primeira obra didática elaborada por Arthur Vianna foi “*Pontos de História do Brasil e do Pará*”, publicada no ano de 1900 (VIANNA, 1900). O livro, dividido em “*Pontos*” de estudos, inicia com História do Brasil e depois aborda a História do Pará, a partir do 1.º ponto intitulado “*Descoberta da América e do Brasil – Primitivos habitantes. – Descoberta e conquista do Pará. – Primeiras viagens*”. Neste, o autor, a partir de uma narrativa eurocêntrica, inicialmente narra o início da história paraense a partir das viagens realizadas por navegadores europeus, primeiramente os espanhóis como Vicente Pinzon. Os lusitanos surgem, em seguida, na obra explorando o Pará após os espanhóis com Francisco Caldeira Castelo Branco (VIANNA, 1900, pp. 4-21). Em 1919, Arthur Vianna publicaria uma segunda edição de sua obra didática, intitulada desta vez “*Pontos de História do Pará*” (VIANNA, 1919), também voltada para o ensino primário e que segue o programa oficial do Estado.

Outro autor de livros didáticos de história regional foi Theodoro José da Silva Braga. Este foi artista, educador, historiador, escritor e advogado paraense que certamente foi um dos principais intelectuais a atuar no Pará na conformação da memória histórica paraense oficial. Sua primeira obra didática foi intitulada de “*Apostillas de História do Pará*” (BRAGA, 1915), obra voltada para escolas públicas e particulares do Estado. Procurando “*resumir o mais possível os factos históricos, cheios de elevado patriotismo*” (BRAGA, s.d., p. 3), o artista e historiador paraense publicaria também “*História do Pará: resumo didactico*”, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Na década de 1920, os professores Silvio Nascimento e Raymundo Proença publicaram “*Noções de História Pátria*”, adequado ao ensino de História no 3º ano do curso Elementar do ensino primário (PROENÇA; NASCIMENTO, 1926). Silvio Nascimento, um dos autores do livro citado, foi professor de destaque na capital paraense, lecionando, no Colégio ou Ginásio Paes de Carvalho (antigo *Lyceo Paraense*), História do Brasil, na primeira metade do século XX.

Na década de 1930, a produção de livros didáticos de história regional continuaria sendo feita. No período, um intelectual autor de livros didáticos foi Henrique Jorge Hurley. Este, natural de Natal (Rio Grande do Norte), fora militar e acadêmico de Direito da Faculdade do Pará no início do século XX. Hurley foi presidente do IHGP, membro da Academia Paraense de Letras, juiz e desembargador no Pará. Em 1938, publicaria “*Noções de história do Brasil e do Pará*”, de acordo com o programa de ensino do Estado e em comemoração ao tricentenário da expedição de Pedro Teixeira (HURLEY, 1938). No período, outro intelectual autor de livro didático de história foi Ernesto Cruz, renomado escritor e historiador paraense.

Ernesto Cruz: um intelectual entre a educação escolar e a academia.

Em 1930, após a “Revolução”, assume o poder no Brasil o gaúcho Getúlio Vargas, cujo governo, segundo Marcos Napolitano, também seria marcado por uma forte ideologia nacionalista, para construir e inculcar um sentimento de “brasilidade” nas classes populares (NAPOLITANO, 2017, p. 126) e envolveria a educação das “massas” (NAPOLITANO, 2017, p. 136). Neste contexto, em relação à educação no país, o governo Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930 (que, na década de 1950, passaria a se chamar Ministério da Educação e Cultura, MEC); o Conselho Nacional de Educação, em 1931; e a Comissão Nacional do Livro Didático, através do Decreto-Lei Nº 1.006, em 1938. No período, a organização do ensino de história foi constituída sob o conceito de História da Civilização (BITTENCOURT, 2018, p. 135). No país, a disciplina ou matéria de História da Civilização teria como foco principal a História da América e do Brasil ou História da Civilização Brasileira.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

No Pará, na década de 1930, o ensino secundário possuía enquanto principal instituição o Colégio ou Ginásio Paes de Carvalho (antigo *Lyceo Paraense*), que publicava periodicamente os seus “*Programmas de Ensino*” com as disciplinas e conteúdos curriculares da instituição (PARÀ, 1930) e contava, inicialmente, com o ensino de História Universal e História do Brasil, e posteriormente com História da Civilização, porém sem referências ao ensino de história regional.

Uma referência a conteúdo de história do Pará no currículo na região é presente nos chamados “*Programmas de Estudos Primários*” para as escolas noturnas publicado em 1933 que sugere para o ensino de História os estudos sobre “*pátria e da nacionalidade brasileira*”, “*o descobrimento do Brasil*”, “*a colonização*” e, sobre o Pará, acerca da “*conquista do Maranhão e fundação de Belém do Pará*”; além de temas no período imperial e republicano, até “*A revolução de 1930*” (PARÀ, 1933, pp. 9-10). O programa inicia sugerindo estudos sobre nacionalidade brasileira, um discurso bem forte à época do governo Vargas, sobre o “descobrimento do Brasil”, período colonial, imperial e republicano. A preocupação com as origens é marcante, com as indicações de conteúdos sobre fundação de cidades, como no caso da fundação de Belém do Pará, único o conteúdo regional no programa.

Como já observado, na década de 1930, a produção de livros didáticos de história regional para o ensino primário continuaria sendo feita no Pará. Na época, um intelectual autor de livro didático foi o renomado escritor e historiador paraense Ernesto Cruz. Este nasceu em Belém do Pará, em 20 de novembro de 1898, fez os estudos primários no Colégio Sagrado Coração de Maria e o secundário no Ginásio Paes de Carvalho, ambas instituições situadas na capital paraense; não concluiu o curso superior na Escola de Agronomia do Pará. Trabalhou na redação de diversos jornais na região, como os periódicos “A Paz”, “A Província do Pará”, “República” e “Estado do Pará”.

Ernesto Cruz representou o Estado do Pará em diversos Congressos e Assembleias culturais e técnicas, tais como no 4º Congresso de História Nacional (1949), no Rio de Janeiro, no 5º Congresso Histórico Municipal Inter-americano, em 1952, na Cidade Trujillo, na República Dominicana, no 6º Congresso Histórico Municipal Inter-americano, em 1957, em Madri, Espanha, e em Assembleias Gerais do Conselho Nacional de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Geografia e Estatística (IBGE). Na área educacional, participou da Comissão de Professores designados a examinar os candidatos à cátedra de Geografia e de História do Brasil, no Colégio Estadual Paes de Carvalho. Ernesto Cruz foi sócio correspondente do IHGB e sócio efetivo da Academia Paraense de Letras, da qual chegou a ser presidente; também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), no qual foi presidente no período de 1963 a 1966; foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará e recebeu, da Câmara Municipal de Belém, o título de “*Historiador da Cidade de Belém*” (CRUZ, 1963, pp. 17-21).

Sua atividade também foi marcada pela publicação de diversos livros, sobretudo, sobre história e folclore paraense. Intelectual ativo e influente no Pará, a primeira obra de Ernesto Cruz foi justamente um livro didático de história paraense, publicado em 1937, intitulado “*Noções de História do Pará*” (CRUZ, 1937), obra organizada de acordo com o programa de ensino do curso primário do Estado do Pará. O livro é dividido em duas partes, a primeira “*Da conquista e colonização á Independência*” e a segunda “*Da Independência á República (1823-1889)*”. O primeiro capítulo da primeira parte é intitulado “*Antecedentes históricos*”, no qual Ernesto Cruz segue a narrativa dos livros didáticos publicados no Pará desde a obra de Arthur Viana, abordando inicialmente a história da região a partir do protagonismo dos europeus na exploração da região amazônica, com os espanhóis Vicente Pinzon e Diogo de Lepe (CRUZ, 1937, pp. 11-12). O segundo capítulo, “*Fundação de Belem*”, Ernesto Cruz aborda a expedição de Castelo Branco e a fundação de Feliz Lusitânia no dia 12 de janeiro de 1616. Os indígenas são citados em relação de amizade com os lusitanos, principalmente os tupinambás (CRUZ, 1937, pp. 14-15). No terceiro capítulo, Ernesto Cruz aborda a chegada dos primeiros missionários que iniciam a catequese a partir de missões religiosas, sobretudo a ação de Antônio Vieira (CRUZ, 1937, pp. 34-37).

Em Ernesto Cruz, os europeus são os principais sujeitos históricos exaltados: Castelo Branco, o “*Descobridor e Primeiro Conquistador do Amazonas*”; Pedro Teixeira, o “*famoso commandante*” da bandeira que subiria o rio mar até Quito, o “*feito mais notável do período*”; e o Padre Antônio Vieira, o “*apostolo de Christo*” que conseguira fazer com que “*as tribus marajoaras*” depusessem as armas (CRUZ, 1937, pp. 20-37). A

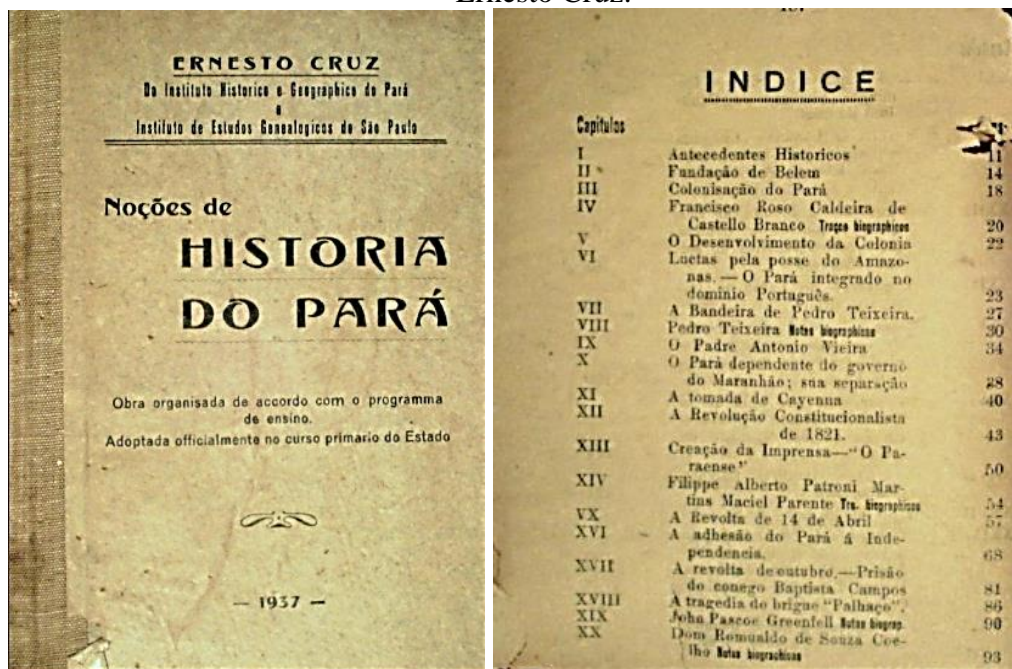
ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

primeira parte segue a história colonial paraense até a o episódio da “*adhesão do Pará á independência nacional*”, em 15 de agosto de 1823 (CRUZ, 1937, p. 77).

A segunda parte da obra aborda “*Da Independência à República*”, tratando de episódios conformados enquanto elementos importantes da história paraense, como “*A tragédia do Brigue Palhaço*” (CRUZ, 1937, pp. 86-87), “*A Cabanagem*” (CRUZ, 1937, pp. 125-153), “*A libertação dos escravos no Pará*” (CRUZ, 1937, pp. 169-172), “*A Adhesão do Pará á República*” (CRUZ, 1937, pp. 173-177) e a 1ª e 2ª “*Junta Provisória do Governo Revolucionário*” de 1930 (CRUZ, 1937, pp. 181-184). Além destes temas, a obra traz “*Notas Biographicas*” de personagens históricos da região, tais como John Pascoe Greenfell, Dom Romualdo de Sousa Coelho, Batista Campos, Francisco e Antônio Vinagre, Eduardo Angelim, Dom Romualdo de Seixas, Francisco Soares de Andrea e de Governadores do Estado do Pará no período republicano, como Paes de Carvalho, Augusto Montenegro, Lauro Sodré, entre outros.

Imagem 1: Capa da “*Noções de História do Pará*” e página do índice da obra de Ernesto Cruz.



Fonte: acervo pessoal.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

A obra didática de Ernesto Cruz, voltada para a educação escolar primária foi certamente importante para a difusão e conformação da memória histórica regional paraense, inicia uma narrativa da história do Pará que vinha se conformando desde o final do século XIX, baseada em uma perspectiva eurocêntrica, a partir da “descoberta” e “conquista” da região e da colonização da mesma pelos protagonistas europeus (espanhóis e lusitanos), seguindo pelo período imperial e republicano, abordando acontecimentos e personagens políticos principalmente.

Imagem 2: Ernesto Cruz.



Fonte: “*Noções de História do Pará*”, página 3.

O pesquisador crítico da educação e do currículo, o britânico Ivor Goodson, salienta que todo conhecimento transmitido na escola pelas disciplinas escolares são fruto de seleção e escolhas. A disciplina escolar, através de seu currículo, estabelece e transmite um conhecimento que é aceito e exclui o que é rejeitado. Isto ocorre de acordo com interesses de grupos da sociedade (GOODSON, 2007, p. 244). O educador norte-americano Michael Apple, que desenvolveu uma teoria educacional crítica influenciada pelos conceitos de ideologia e hegemonia desenvolvidos pelo italiano Antonio Gramsci, também afirma que a educação escolar não é uma atividade neutra, mas sim um elemento da sociedade e de suas relações de poder e hegemonia cultural e ideológica (APPLE,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

1982, pp. 16-19). Apple, assim como o britânico Raymond Williams, defende que o conhecimento difundido pelo ensino escolar é fruto de “seleções” baseadas em opções ideológicas de determinado grupo (ou grupos) em uma determinada época (APPLE, 1982, p. 30), seriam as “*tradições seletivas*”, isto é, “*aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como ‘a tradição’, ‘o passado importante’*” (WILLIAMS, 2011, p. 54). As reflexões desses intelectuais nos permitem compreender que o que fora ensinado nos “pontos” e nas “noções de história” sobre o Pará e passou a ser conformado na memória histórica paraense através da educação escolar foi fruto de “seleções”, de escolhas por parte de intelectuais que atuavam na região, como Ernesto Cruz.

Porém, a atividade intelectual de Ernesto Cruz não se limitou ao trabalho voltado para a educação escolar, como observado, este intelectual faria parte também de institutos e outros órgãos culturais no Brasil e na região. A partir da década de 1950, continuaria suas pesquisas e publicações acerca da história regional. O “*Historiador da Cidade de Belém*” recebeu uma bolsa de estudos concedida pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1957, para pesquisar nos Arquivos de Portugal e da Espanha, documentos históricos dos séculos XVII e XVIII acerca da presença portuguesa na Amazônia (CRUZ, 1963, p. 20). No mesmo ano publicaria um artigo na Revista do IHGB, intitulado “*A exportação da madeira do Pará para Portugal, no Século XVIII*”, acerca da exportação da madeira do Pará para Portugal, valores das remessas para Lisboa e preços da madeira enviada, trabalho este baseado em pesquisas no Arquivo Público do Pará (CRUZ, 1957, pp. 38-43).

Em 1958, Ernesto Cruz também publicaria a “*Colonização do Pará*” (CRUZ, 1958), para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Na obra, trata sobre o processo de colonização na região, entre os séculos XVII ao XX, a partir de uma análise histórica e econômica do Pará. Destaca acontecimentos a partir da fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, pelos portugueses, a fundação de missões religiosas e a exploração do trabalho indígena, no período colonial (CRUZ, 1958, pp. 9-14). Em seguida, aborda sobre a imigração, colonização e trabalho estrangeiro de americanos, ingleses, japoneses e de nordestinos na região, nos séculos XIX e XX.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

No início da década de 1960, Ernesto Cruz passou a ministrar cursos de História do Pará e a produzir livros acadêmicos para a Faculdade de Filosofia da Universidade do Pará (atualmente Universidade Federal do Pará). Esta criada em 1957, incorporaria as Faculdades existentes no Estado, entre elas a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), que contava com um curso único de História e Geografia desde 1955; em 1961, seria criado um curso distinto, autônomo de História (NASCIMENTO, 2008, pp. 47-51).

Ernesto Cruz torna-se ministrante de cursos de História do Pará para a Faculdade de Filosofia e, neste momento, concretiza-se a sua passagem de intelectual, de historiador, em atuação da educação escolar a academia, na pesquisa, no ensino e na escrita de obras acerca da história paraense. Neste contexto, para o “Curso de História do Pará” da Faculdade de Filosofia da Universidade do Pará, publica a obra “*Têmas da História do Pará*” (CRUZ, 1960). Os assuntos destes “Têmas”, segundo Cruz, constituem elementos já conhecidos e outros não da história regional, e, em sua grande parte, frutos de pesquisas históricas do próprio autor na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e nos arquivos de Portugal e da Espanha onde esteve em 1957 (CRUZ, 1960, p. 3). A obra inicia abordando a história do Brasil, mais especificamente da “chegada” de Cabral e a constituição das Capitanias (CRUZ, 1960, pp. 7-24), a fundação e exploração do Maranhão (CRUZ, 1960, pp. 25-70) e a chegada de Castelo Branco e a fundação de Belém, em 1616 (CRUZ, 1960, pp. 71-90). Além destes temas iniciais, também trata acerca da conquista militar e o papel dos fortes na Amazônia (CRUZ, 1960, pp. 91-112); da presença e ação das ordens religiosas na “*conquista espiritual do Pará*” (CRUZ, 1960, pp. 113-134); a influência do açúcar na economia paraense (CRUZ, 1960, pp. 135-160); a Cabanagem no Pará (CRUZ, 1960, pp. 161-206) e os fatos políticos no período republicano no Pará, em fins do XIX e início do XX (CRUZ, 1960, pp. 207-230).

Em 1963, outra obra de Ernesto Cruz intitulada “*História do Pará*” (CRUZ, 1963) foi publicada, em dois volumes, pela Universidade do Pará para a sua “Coleção Amazônica”. Segundo a nota do autor, tal obra fora também fruto de suas pesquisas, sobretudo, na Biblioteca e Arquivo Público do Pará e buscava enfatizar os “*episódios e*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

os vultos” relevantes no âmbito religioso, social, político e econômico do Pará (CRUZ, 1963, pp. 5-6).

No primeiro volume da obra, Ernesto Cruz aborda os temas tradicionais de seus livros anteriores, tais como a chegada e exploração dos portugueses no Maranhão (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 25-27), a chegada de Castelo Branco e a fundação de Belém, em 1616 (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 28-37); a expedição de Pedro Teixeira (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 49-54); a ligação e a separação do Pará do Maranhão (CRUZ, 1963, vol. 1, p. 55); a presença e importância dos fortes na região (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 56-59); a “evolução da vida econômica” no Pará, do período colonial ao republicano (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 74-85); e o “ciclo do açúcar” na economia paraense (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 86-123). Além destes, trata de outros temas ou episódios da história regional, como a tomada de Caiena (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 145-154); a imprensa no Pará e a presença de Felipe Patroni na região (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 161-166); acerca das missões religiosas, do estabelecimento das igrejas e do Bispado no Pará (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 179-237); a Adesão do Pará a Independência (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 251-293); e acerca da Cabanagem, a “*Grande Revolução*” ou a “*página mais emocionante e dramática da História da Amazônia*” (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 297-390); e por último, trata sobre a história da criação da Polícia Militar, da instrução pública e do judiciário no Pará (CRUZ, 1963, vol. 1, pp. 393-417).

No segundo volume, inicialmente, Ernesto Cruz aborda alguns temas relacionados a cultura e a sociedade na formação de Belém do Pará, tais como acerca do “patrimônio municipal”, sobre as ruas de Belém, as rocinhas, sobrados, solares e os monumentos históricos e artísticos da cidade, o Código de Posturas, entre outros (CRUZ, 1963, vol. 2, pp. 421-538). Em seguida, trata sobre temas políticos no período imperial e republicano, as origens do Clube e do Partido Republicano no Pará (CRUZ, 1963, vol. 2, pp. 539-588); sobre a imigração e colonização estrangeira e nacional para o Pará, a Estrada de Ferro de Bragança e os municípios bragantinos (CRUZ, 1963, vol. 2, pp. 589-741); faz uma cronologia dos Capitães Mores, presidentes da Província, governadores do Estado e dos administradores políticos de Belém (CRUZ, 1963, vol. 2, pp. 745-798); e, por fim, discute

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

sobre a abolição da escravatura, a adesão do Pará à República e os distúrbios políticos no período republicano na região (CRUZ, 1963, vol. 2, pp. 799-840).

Considerações Finais.

No início do século XX, intelectuais atuantes no Pará iniciaram uma tradição de publicação de obras didáticas voltadas para a educação escolar que abordavam a história paraense e que compreendo que tenham sido elementos fundamentais na conformação do que viria a ser considerada a história paraense. Os *ilustres letrados* que atuaram por décadas em diversos âmbitos da sociedade paraense, no IHGP, no Arquivo Público, no cenário artístico, e em suas atividades na educação, encontraram uma via de difusão da memória histórica paraense, e também de uma visão de mundo, de ideias e valores, através de seus livros didáticos publicados.

Ernesto Cruz fora um dos intelectuais mais atuantes na conformação da memória histórica paraense oficial, tanto em seu trabalho na área do ensino, em sua participação efetiva em instituições culturais e históricas e em suas diversas publicações. Vale ressaltar que neste trabalho foi analisado uma pequena parcela de sua vasta publicação que compreendem a história do Pará, inclusive o historiador belenense foi autor de obras de história local e de outras temáticas, destacando-se “*Nos bastidores da cabanagem*”(1942), “*Cametá – panoramas geo-humanos*” (1944), “*Belém – aspectos geo-sociais*” (1945), “*Pequeno Guia Histórico de Belém*” (1945), “*Igarapé-Miri – aspectos de sua formação*” (1945), “*Estrada de Ferro de Bragança*” (1955), entre outras.

Suas obras acadêmicas analisadas neste trabalho trazem uma narrativa histórica já muito presente em sua obra didática de 1937, “*Noções de História do Pará*”, iniciando a história paraense a partir do protagonismo europeu no “descobrimento” e “conquistas” de espanhóis e lusitanos na região, da fundação de Belém do Pará, da presença missionária na região, da exploração indígena, além de acontecimentos políticos no período imperial e republicano, episódios que foram sendo conformados desde fins do XIX acerca da história paraense. Há, evidentemente, um aprofundamento na sua escrita sobre a história paraense e a abordagem de novos temas em suas obras acadêmicas, como uma maior

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

ênfase em questões de história econômica, folclórica e do patrimônio regional em suas obras da década de 1960, fruto da continuidade de suas pesquisas ao longo de sua carreira.

Acredito que Ernesto Cruz foi, certamente, um dos principais intelectuais a conformar a memória histórica paraense a partir de sua atuação intelectual entre as décadas de 1930 a 1960. O historiador paraense vinha desta tradição de intelectuais da região que se dedicaram para conformar a memória histórica regional a partir da educação escolar, trazendo todo um discurso em relação ao que foi consagrado enquanto a história paraense e que passou também a atuar na academia, produzindo livros, trabalhos e atuando como professor.

Fontes.

Documentos governamentais (discursos, falas, decretos, relatórios).

BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. *Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 03 de fev. 2021.

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, v.1, parte 2, pp. 59-61, 1837. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia_cp2/collecao_leis_1837_parte2.66-68.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 2021.

PARÁ. *Discurso recitado pelo Exm. Doutor João Antônio de Miranda presidente da província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no Dia 15 de Agosto de 1840*. Belém, Pará: Typographia de Santos & menor. 1840.

PARÁ. *Discurso recitado pelo Exmº. Snr. Doutor Bernardo de Sousa Franco vice-presidente da província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no Dia 14 de Abril de 1842*. Belém, Pará: Typographia de Santos & menor. 1842.

PARÁ. *Mappa N.º 10 anexo à Falla Dirigida pelo Exmº. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho presidente da província do Gram-Pará, á Assembleia Legislativa*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

Provincial, na Abertura da Sessão Ordinária da Sexta Legislatura, No dia 1.º de Outubro de 1848. Belém, Pará: Typographia de Santos & menor. 1848.

PARÁ. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma provincia, em 1 de outubro de 1859.* Pará: Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, 1859.

PARÁ. *Relatório que o Ex. Sr. Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exm.º Sr. Vice-presidente Dr. Fábio Alexandre de Carvalho Reis ao passar-lhe a Administração da mesma Província, em 12 de Mayo de 1860.* Pará: Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1860.

PARÁ. *Relatório com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará, em 24 de junho de 1891, ao Governador Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mez.* Belém: Typ. Do Diário Official, 1891.

PARÁ. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins, governador do Estado.* Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1916.

Programas escolares (disponíveis na seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará).

PARÁ. *Regulamento Escolar: Programmas, horario e instrucções pedagórgicas para as Escolas Públicas do Estado do Pará.* Pará: Imprensa de Tavares Cardoso, 1890.

PARÁ. *Programma de ensino da escola normal dos 1º, 2º, 3º e 4º annos.* Belém: Imprensa Official, 1903.

PARÁ. *Regulamento Geral do Ensino Primário pelo Decreto N. 1190, de 17 de fevereiro de 1903, e Decreto N. 1191, de 19 de fevereiro de 1903.* Belém: Imprensa Official, 1903.

PARÁ. *Directoria da Instrucção Publica Primaria. Programma para os exames de estudos primários.* Belém, PA: Typ. da Imprensa Official, 1920.

PARÁ. *Programmas de Ensino do Gymnasio Paes de Carvalho.* Belém, Pará: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1930.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

18

PARÁ. *Programmas de estudos primarios para as escolas nocturnas*. Belém, Pará: Oficinas Graphicas do Instituto D. Macedo Costa, 1933.

Livros didáticos.

BRAGA, Theodoro. *Apostillas de historia do Pará*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado, 1915.

BRAGA, Theodoro. *História do Pará: resumo didactico*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

CRUZ, Ernesto. *Noções de História do Pará*. Sl: Oficinas Graphicas da Livraria Internacional, 1937.

HURLEY, Henrique Jorge. *Noções de história do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1938. pp. 5-6.

PROENÇA, Raymundo; NASCIMENTO, Silvio. *Noções de historia patria: adoptadas nas escolas publicas do estado do Pará: 3º anno do curso elementar*. 3. ed., rev. e augment. Belém, PA: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

VIANNA, Arthur. *Pontos de História do Brasil e do Pará*. Belém: Editores Pinto Barbosa & C.^a, 1900.

VIANNA, Arthur. *Pontos de História do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919.

Referências Bibliográficas.

APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAKHTIN, Mikhail M. *Os gêneros do discurso*. Organização de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BITTENCOURT, Circe. Conteúdos e métodos de ensino de história: breve abordagem histórica. In: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*. 32 (93), 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0127.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2021.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2010.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

19

CAIMI, Flávia Eloisa. Materialidades do livro didático de história ao longo do século XX: convergências e singularidades entre Brasil e Argentina. In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima (org.). *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história*. Curitiba: CRV, 2016.

CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de História no Ensino Fundamental. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/7666/9694>>. Acesso em: 4 de fev. de 2021.

CARVALHO, José Murilo de. O Pecado original da república: Como a exclusão do povo marcou a vida política do país até os dias de hoje. In: *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. “O livro: uma mudança de perspectiva”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2. 1990.

COELHO, Mauro Cezar. Moral da história: A representação do índio em livros didáticos. In: SILVA, Marcos (org.). *História: Que ensino é esse?* Campinas, SP: Papyrus, 2013.

COELHO, Mauro Cezar. Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de história. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice (orgs.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CRUZ, Ernesto. A exportação da madeira do Pará para Portugal, no Século XVIII – Ernesto Cruz. *Revista do IHGB*, vol. 234. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. pp. 38-43.

CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

CRUZ, Ernesto. *Têmas da História do Pará*. Belém: SPEVEA, 1960.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

20

- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2 vols. Belém: Universidade do Pará, 1963.
- DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. *Parâmetros curriculares nacionais: História*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2017.
- NASCIMENTO, Sérgio Bandeira do. *A formação de professores no curso de história da Universidade Federal do Pará: uma análise do projeto político pedagógico*. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1767>>. Acesso em: 05/03/2021.
- PORTELLI, Hugues. Hegemonia e o Bloco Histórico. In: *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, 1977.
- SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 37, n. 3, p. 806, set./dez. 2012. p. 806. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>>. Acesso em: 4 de fev. de 2021.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

21

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado *et all.* A sociedade brasileira na Primeira República e a Educação. In: *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994.